



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTOS COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0423/17	DATA: 09/05/2017	
LOCAL: Plenário 8 das Comissões	INÍCIO: 14h24min	TÉRMINO: 16h43min	PÁGINAS: 50

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JULIANA FERREIRA SIMÕES - Secretária de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente.
ANTÔNIO OLIVEIRA - Coordenador de Regularização de Territórios Quilombolas do Instituto Nacional de Colonização em Reforma Agrária — INCRA.
PATRÍCIA GOULART BUSTAMANTE - Pesquisadora e Coordenadora de Métodos e Análises do Departamento de Transferência de Tecnologia — DTT da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA.
PAULO ROGÉRIO GONÇALVES - Representante da Articulação Nacional de Agroecologia — ANA.
ANNA MARIA DE CASTRO ANDRADE - Antropóloga e pesquisadora de manejo em roças tradicionais.

SUMÁRIO

Debate sobre a importância das comunidades tradicionais na proteção da agrobiodiversidade.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Boa tarde!

Declaro aberta a presente reunião de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destinada a debater a importância das comunidades tradicionais na proteção da agrobiodiversidade, conforme requerimento de minha autoria.

Comunico a todos que o evento está sendo transmitido, ao vivo, pela Internet e poderá ser gravado pela *TV Câmara*, para ser exibido posteriormente na grade de programação da editora.

Convido para ocupar a Mesa a Sra. Juliana Ferreira Simões, Secretária de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente; o Sr. Antônio Oliveira Santos, Coordenador-Geral de Regularização de Territórios Quilombolas do INCRA — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; a Sra. Patrícia Goulart Bustamante, pesquisadora e Coordenadora de Métodos e Análises do Departamento de Transferência de Tecnologia da EMBRAPA — Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias; o Sr. Paulo Rogério Gonçalves, representante da Articulação Nacional de Agroecologia — ANA; A Sra. Anna Maria de Castro Andrade, antropóloga e Pesquisadora de Manejo em Roças Tradicionais.

Eu quero, antes de dar sequência ao roteiro, pedir desculpas a vocês, convidados — agradecer por terem aceito o convite, porque o tema hoje é para a gente falar de beleza, de coisas bonitas —, pois aqui na Câmara recebemos vocês da forma como puderam ter percebido. Então, eu tive que ir várias vezes à portaria para liberar as pessoas que foram convidadas para falar à Mesa. É nisso que tem se transformado a Câmara.

Nós temos, na Presidência, um Presidente que, em vez de fazer o papel dele, enquanto Presidente da Câmara, em defesa deste Poder, acaba fazendo o papel de subserviente do Poder Executivo, o qual, como vocês todos vêm acompanhando, tem enviado pautas para esta Casa, como a de hoje, em que se discute a reforma da Previdência, com interesses de setores muito específicos da sociedade brasileira. Portanto, não aceitam que venham para cá parte da sociedade ou de setores organizados da sociedade, principalmente dos trabalhadores, que são contrários ao conjunto de reformas que está sendo votado nesta Casa. Nesse sentido, acabam



fazendo este aparato de segurança e não deixam funcionar nem as outras Comissões do Parlamento.

Portanto, peço a vocês desculpas pelo transtorno. Isso inclusive atrapalha o funcionamento da própria Comissão de Meio Ambiente. Embora seja um tema de importância para a questão ambiental brasileira, de tamanha magnitude, a gente acaba não tendo muita presença em função desta conjuntura que vivemos agora.

Prestados esses esclarecimentos iniciais, concedo a palavra a cada convidado por 15 minutos, visto que, após as palestras, iniciaremos os debates.

Desde já, agradeço-lhes a presença e peço que cada convidado observe o tempo proposto para sua exposição. Há um cronômetro à esquerda deste plenário para orientá-los nesse sentido.

Informo aos palestrantes, Parlamentares e demais presentes que esta Comissão promoverá um debate interativo nesta audiência pública, por meio do portal e-Democracia, ferramenta interativa da Câmara dos Deputados.

Servidores desta Comissão estão encarregados de moderar as perguntas dos internautas que acompanham esta audiência pública, as quais serão respondidas pelos nossos convidados ou pelos Parlamentares no final do debate.

Aqueles que desejarem ter acesso à rede de Internet *wi-fi* podem retirar a senha nas portarias desta Casa.

Informo que esta reunião está sendo gravada. Por isso, solicito aos palestrantes o obséquio de sempre utilizarem o microfone para suas intervenções.

Peço ainda aos palestrantes que assinem autorização para que a Câmara dos Deputados publique suas exposições e utilizem suas imagens para transmissão pela Internet em programas desta Casa.

Tendo em vista a importância das comunidades tradicionais na proteção à agrobiodiversidade, a Convenção sobre Diversidade Biológica — CDB, instituiu, no âmbito da Conferência das Partes de 1996, ocorrida em Buenos Aires, a COP-3, o Programa de Trabalho sobre Biodiversidade Agrícola, também chamada de agrobiodiversidade.

Posteriormente, esse programa foi revisto pela Decisão V/5, Conferência das Partes de 2000, em Nairóbi, COP-5, e pela Decisão VII/23, da Conferência das Partes de 2006, em Curitiba, COP-8.



O Anexo I, da Decisão III/11, afirma que a biodiversidade permitiu que os sistemas agrícolas evoluíssem desde que a agricultura foi desenvolvida, há cerca de 12 mil anos.

Assim, a compreensão dos processos evolutivos e ambientais dinâmicos que moldam e influenciam a agrobiodiversidade é fundamental para melhorar a gestão sustentável e a conservação dos ecossistemas agrícolas.

Afirma ainda que, nos últimos anos, à medida que a população mundial continua a crescer e a agricultura deve atender à demanda cada vez maior por alimentos, a expansão agrícola em florestas e em terras marginais, combinada com o sobrepastoreio e o crescimento urbano industrial, reduziu substancialmente a diversidade biológica.

Os atuais padrões de utilização das terras agrícolas, com base no número limitado de espécies e variedades, também diminuíram a diversidade biológica nos ecossistemas agrícolas e comprometeram a sustentabilidade, a longo prazo, da própria produção de alimentos.

A Decisão V/5, por sua vez, define biodiversidade agrícola como todos os componentes da diversidade biológica, incluída a diversidade de animais, plantas e micro-organismos, no nível da variabilidade genética das espécies e dos ecossistemas, necessários para sustentar funções-chaves dos ecossistemas agrícolas, sua estrutura e funcionamento.

Em palavras simples, agrobiodiversidade inclui todos os componentes relevantes para a agricultura e a alimentação, desde os ecossistemas agrícolas às espécies utilizadas, como animais e vegetais, seu patrimônio genético, das variedades domesticadas e selvagens, os organismos vivos do solo aos utilizados para controle biológico de pragas, etc.

Portanto, tendo em vista que a agrobiodiversidade é essencial para a sustentabilidade dos sistemas agrícolas como um todo, temos que considerar a sua conservação como um fator imprescindível para a segurança alimentar do País e do planeta. As populações tradicionais têm papel crucial nesse processo por duas razões: a biodiversidade agrícola é fundamental para a sua subsistência; e essas populações detêm conhecimento para o manejo e a conservação da agrobiodiversidade.



A produção agrícola das populações tradicionais está fundamentada no uso da biodiversidade agrícola. Conservar essa biodiversidade e o conhecimento associado ao seu manejo é de alta relevância para a segurança alimentar. Ao contrário da agricultura dos povos tradicionais, a produção agrícola tida como moderna baseia-se na simplificação dos ecossistemas com o uso de poucas espécies e o controle do processo com aporte de fertilizantes químicos, pesticidas e água.

O resultado desse modelo dominante de produção de alimentos resultou em diversos impactos sobre a biodiversidade agrícola, com perda de espécies e variedades crioulas, desmatamento, perda de *habitats* naturais e redução da biodiversidade como um todo, poluição do solo, da água e dos alimentos com pesticidas, erosão e assoreamento, desertificação, êxodo rural e concentração de populações em zonas urbanas, em especial na periferia das cidades.

Nesta audiência pública, queremos debater as políticas públicas necessárias para resgatar e fomentar a agroecologia e a conservação da agrobiodiversidade, em especial as práticas desenvolvidas pelos povos tradicionais.

Entendemos que manter esses povos em seus territórios, com o apoio do poder público para a promoção das condições de seu bem-estar, contribuirá diretamente para a conservação da diversidade biológica e a melhoria da produção alimentar do Brasil.

Desejo a todos um debater profícuo nesta tarde.

Muito obrigado.

Dando sequência a nossa audiência, passo a palavra à primeira expositora, Sra. Juliana Ferreira Simões, Secretária de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente.

A SRA. JULIANA FERREIRA SIMÕES - Boa tarde! Em nome do Ministério do Meio Ambiente e do Ministro Sarney Filho, agradeço ao Deputado Nilto Tatto o convite para participar desta audiência pública com um tema tão relevante, tão importante e de prioridade para o nosso Ministério do Meio Ambiente. Cumprimentando o debate Nilto Tatto, cumprimento todos os colegas da Mesa.

Partindo da premissa de que a agrobiodiversidade não é apenas um produto da natureza, mas também é uma construção cultural e social, isso nos mostra a



importância das populações tradicionais para a conservação da biodiversidade, ou seja, nós conservamos a biodiversidade a partir da valorização, do uso, por essas populações tradicionais, que, ao longo do tempo, vêm construindo conhecimento e promovendo a domesticação e o uso das espécies, seja vegetal ou animal. Então, percebemos que a agrobiodiversidade é fruto da interação dessas comunidades com as espécies.

Para conservar a agrobiodiversidade, é importante que as populações tradicionais, em primeiro lugar, sejam atendidas nos seus direitos de acesso ao território e aos recursos naturais. Em segundo lugar, que tenham o seu conhecimento tradicional protegido e reconhecido.

Nesse sentido, o Ministério do Meio Ambiente, especialmente na gestão do Ministro Sarney Filho, tem o entendimento de que essas demandas são prioritárias. Dentre elas, então, na parte de reconhecimento de território, nós temos prioridade para a criação de novas reservas extrativistas. Para este ano, estamos trabalhando para a criação de nove reservas extrativistas. Então, há uma prioridade para essa categoria, que é uma forma de regularizar povos e comunidades tradicionais e também de conservar essa agrobiodiversidade.

A valorização do conhecimento tradicional também é uma prioridade, assim como o resgate de materiais genéticos crioulos, a participação social e o fortalecimento da organização das comunidades. Então, entendemos que esses pontos são essenciais para promover a sustentabilidade e a agrobiodiversidade.

A importância da conservação da biodiversidade, no âmbito do Governo Federal — aqui vou falar especialmente do Ministério do Meio Ambiente —, está bem refletida no plano plurianual, especificamente no programa de uso e conservação da biodiversidade. Esse programa possui seis objetivos e tem diversas iniciativas que visam fortalecer a conservação e o uso da biodiversidade por povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares.

Eu vou citar os três principais objetivos que dialogam mais com esse nosso debate, Deputado. São eles: reduzir as ameaças à extinção de espécies da biodiversidade brasileira, recuperar as suas populações e promover o conhecimento do uso sustentável.



Aí há três iniciativas que destaquei, porque acho que são bem importantes e temos quer persegui-las até o final desse PPA em 2019, que é o desenvolvimento e o aprimoramento de normas relacionadas ao monitoramento, ao manejo e à destinação/recuperação de recursos da flora e da fauna.

Sabemos que o manejo precisa ser regulamentado e facilitado, para que as populações tradicionais possam, de fato, ser beneficiadas e encontrar mercados para os seus produtos.

Também temos outra iniciativa, que é a identificação, a caracterização do valor nutricional, a promoção da inserção de espécie da biodiversidade nativa de valor econômico atual e potencial no mercado interno e externo e a implementação do plano de ação e a formação de capacitação de educadores ambientais, gestores e demais entes públicos na agenda de biodiversidade.

Há outro objetivo que também dialoga bastante com este nosso debate, que é o DE-63: promover o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas e do conhecimento oriundo da utilização da utilização de patrimônio genético e conhecimento tradicional associado, por meio da implementação de sistema de acesso à repartição de benefícios, resguardados os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

Para atingir esse objetivo, nós temos onze iniciativas, das quais eu destaquei oito que já estão sendo implementadas e que também, no meu entendimento, são as mais relevantes.

Nós tivemos a regulamentação, em 2015, da Lei nº 13.123, do patrimônio genético; a implementação do cadastro de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional. Ele já está pronto e vai entrar em operação agora em breve.

Nós tivemos a implementação do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios, que já teve a sua primeira reunião e agora está trabalhando na regulamentação, no sentido mais burocrático, do seu regimento interno, para que ele possa funcionar, e da sua Secretaria-Executiva.

Nós também temos a implementação do Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado — SisGen, que também já está pronto e até recebeu elogios do sistema. Estou aqui com o Diretor



do Departamento de Patrimônio Genético, Rafael Marques, e o Gerente Henry Philippe Ibanez de Novion. Agradeço a presença de vocês aqui. Qualquer pergunta pode ser colocada aos nossos colegas do Ministério, que também podem me ajudar a detalhar qualquer dúvida.

Aí a difusão e a implementação dos protocolos comunitários de povos de comunidades tradicionais da agricultura familiar que estabelecem os mecanismos e regras de acesso e repartição de benefícios de conhecimento tradicional associado. Essa iniciativa, especialmente, vai ser financiada com recursos do GEF — Global Environment Fund. Este ano já começamos o projeto. Até 2019, como o PPA tem em seu horizonte a execução até 2019, teremos alguns protocolos já financiados com recursos do GEF.

Elaboração e atualização da Enciclopédia Nacional de Conhecimento Tradicional Associado. Isso também está dentro do projeto GEF, que começa este ano.

A integração de políticas de formação ou de pesquisa e desenvolvimento e inovação e as estratégias de desenvolvimento de economia e Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado.

A criação e a gestão de rede de agente de capacitação e valorização de Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado.

O importante aqui, na minha fala, citando essas iniciativas, é que estão todas garantidas no seu financiamento com os recursos desse GEF, que são recursos externos.

Então, temos iniciativas, mas, com esses cortes orçamentários, poderíamos imaginar que elas sofreriam alguma possibilidade de não execução.

Ainda bem que nós temos um projeto de cooperação que vai garantir a execução dessas iniciativas.

Há outro objetivo nesse programa do PPA, que é contribuir para a conservação do meio ambiente por meio da elevação da renda e inclusão social e produtiva, que é o Programa Bolsa Verde.

Esse programa tinha 70 mil famílias extrativistas, em unidades de conservação, em assentamentos diferenciados do INCRA e também em áreas da SPU. Nós tínhamos 70 mil famílias sendo beneficiadas com esse programa de



transferência de renda com uma condicionalidade ambiental. É um programa extremamente inovador e que está sendo um exemplo para outros países aos quais temos levado o exemplo do Brasil em conservar a floresta e a biodiversidade com populações em extrema pobreza. Então, o programa acertou ao priorizar essas populações de extrema pobreza, porque você não tem como falar em conservação ambiental com pessoas que estão em vulnerabilidade social, passando fome. A prioridade do programa é para essas famílias em vulnerabilidade e que vivem em áreas de interesse da conservação ambiental.

Infelizmente, Deputado, esse programa foi cortado aqui pela própria Casa, em 30%, na LOA. Isso fez com que não consigamos agora ampliar o programa, embora nós estejamos tentando novas fontes de recursos internacionais para ver a possibilidade de, até o ano que vem, conseguirmos alguns recursos para ampliá-lo. Infelizmente, tivemos esse corte de 30% no Programa Bolsa Verde. Neste programa, eu destaquei algumas iniciativas, como a difusão de práticas de manejo de trinta espécies do extrativismo.

No Ministério, nós estamos trabalhando com dois cadernos: um técnico, para orientar a assistência técnica e assistência rural; e um para o extrativista. São as trinta espécies mais usadas por esses extrativistas. Nós já estamos finalizando o processo. Na semana do meio ambiente ou um pouco mais à frente, já vamos lançar alguns desses cadernos.

Também estamos ampliando o acesso ao mercado para esse público extrativista por via de Políticas de Garantia de Preços Mínimos da Sociobiodiversidade, a PGMP-bio. Nós temos dois produtos que são o carro-chefe da PGMP-bio, o coco babaçu e a borracha extrativa. Então, também é uma política superimportante que mantém as populações na sua atividade e gera renda e qualidade de vida.

Nós também estamos trabalhando com a estruturação de diretrizes para construção de planos de gestão ambiental e territorial quilombola. Isso é superimportante.

Ao falar em agrobiodiversidade e nesses territórios quilombolas, eu sempre destaco que, para o Ministério do Meio Ambiente, esses territórios quilombolas são verdadeiros jardins botânicos. Ao longo dos anos, esses quilombolas foram



plantando espécies, protegendo sementes, conservando sementes, guardando patrimônio genético.

Para o Ministério do Meio Ambiente, essas áreas são superimportantes para a conservação da biodiversidade. Então, considerando essa importância, o Ministério do Meio Ambiente vem trabalhando, junto com as populações quilombolas, num plano de gestão ambiental e territorial objetivando o desenvolvimento desses territórios, mas com conservação ambiental.

Como eu falei, nós tínhamos a previsão de ampliar o Programa Bolsa Verde para até 90 mil famílias, em torno de 400 mi pessoas, mas infelizmente estamos encontrando algumas dificuldades que esperamos sanar com alguns recursos do Fundo da Amazônia ou de outro parceiro internacional.

Além do PPA, que é um programa específico para uso e conservação de biodiversidade, no Ministério do Meio Ambiente, a conservação, o uso sustentável e a recuperação da biodiversidade com inclusão socioambiental fazem parte de um programa de planejamento estratégico do Ministério do Meio Ambiente.

Dentre os objetivos estratégicos do planejamento do Ministério, há quatro ações prioritárias: a redução de risco de extinção de espécies constantes da lista nacional oficial por meio dos planos de ação nacional de gestão de recursos pesqueiros e controle de invasoras, a formulação de diretrizes e o fomento das ações de conservação de biodiversidade em unidade de conservação e em outras áreas especialmente protegidas, gestão sustentável de paisagem com ênfase em áreas prioritárias, o fortalecimento e a promoção do acesso a patrimônio genético, conhecimento tradicional associado e repartição justa e equitativa de benefícios, no Brasil e internacionalmente, e a contribuição para a conservação do meio ambiente por meio da adequação ambiental rural, do combate à desertificação, do uso sustentável da biodiversidade e inclusão social e socioambiental de povos e comunidades tradicionais.

Então, isso é para destacar, Deputado, que, além do Ministério do Meio Ambiente ter ações dentro de um programa do PPA exclusivo para uso e conservação de biodiversidade, ele também, no seu planejamento estratégico, tem o uso e a conservação da biodiversidade como uma das prioridades e metas do seu planejamento estratégico.



Eu agora vou falar um pouquinho sobre as nossas entregas, sobre o que a gente realizou.

Bom, eu já falei um pouquinho sobre a regulamentação da Lei nº 13.123, de patrimônio genético, mas eu gostaria de destacar que, em 2015, o Departamento de Patrimônio Genético, cujo diretor está presente, zerou o passivo de 12 anos do CGen de processos. Então, isso é um resultado muito importante e relevante que eu gostaria de destacar. O CGen está funcionando. Já estamos também com o Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios já em fase de implementação. Estamos apenas trabalhando agora nas suas questões burocráticas para que ele possa funcionar e apoiar os projetos que tanto estamos esperando.

Outro importante resultado foi o aumento de 4,3% das unidades de conservação, no último ano, com 3 milhões e 500 mil hectares protegidos por unidade de conservação, mais de 15 reservas de patrimônio natural, chegando a 664 reservas particulares. Então, o nosso sistema de unidades de conservação aumentou em 4,3%. Isso é importante quando a gente fala de conservação de biodiversidade, ou seja, tanto você ter unidade de conservação de proteção integral, mas também de uso sustentável ou principalmente de uso sustentável quando a gente está falando de conservação da agrobiodiversidade.

Nós também estamos apoiando projetos de arranjos produtivos locais. Foram 10 projetos apoiados com 10 espécies. Fizemos agora uma avaliação. É também importante trabalharmos com os APLs, com os produtos da sociobiodiversidade para inclusão socioprodutiva de comunidades tradicionais e de agricultores familiares.

Dentro da estratégia de fomento às cadeias produtivas da sociobiodiversidade, nós contratamos, em 2016, a editoração dos Cadernos de Boas Práticas, de que eu falei. Agora vamos entregá-los. Eles são superimportantes. Estamos querendo ter material técnico para orientar a nossa assistência técnica e extensão rural, porque hoje não temos esse conhecimento. Então, é importante termos esses cadernos para que as EMATERs recebam esse material e prestem assistência técnica olhando para a conservação da agrobiodiversidade.

Lançamos um edital para os quilombolas. Foram selecionados alguns territórios quilombolas justamente para trabalhar a questão da gestão ambiental e territorial para proteger a biodiversidade que existe nesses territórios.



Então, são 5 projetos que estamos apoiando. Agora há uma equipe em campo fazendo a avaliação desses projetos. Nós também estamos com o Banco do Brasil, o BNDES e o Fundo da Amazônia dentro do Ecoforte Extrativismo. Já lançamos um edital que apoiou projetos de povos e comunidades tradicionais. Fizemos um segundo edital diretamente para as unidades de conservação de uso sustentável e com aplicação de 8 milhões de reais. Os projetos já estão selecionados.

Por fim, o nosso carro-chefe na Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável é o Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas. Nós começamos a elaboração desse plano no ano passado e retomamos este ano com todos os Ministérios envolvidos. É um plano que tem iniciativas na área de saúde, na área de educação, na área de conservação e de acesso a território. Nós esperamos que, agora em junho, estejamos divulgando esse plano, que tem, na sua estrutura de gestão, uma comissão intersetorial, composta pelo Governo e pela sociedade civil para discutir as políticas públicas e o seu aprimoramento, pois hoje elas não chegam aos territórios extrativistas por uma série de dificuldades. Elas não foram feitas para a realidade desses extrativistas. Então, um dos principais objetivos dessa comissão é trabalhar com as políticas públicas, adequá-las para que possam chegar e atender esse público, que infelizmente é o último a ser atendido pelas políticas públicas.

Com isso, concluo a fala do Ministério do Meio Ambiente e mais uma vez agradeço ao Deputado Nilto Tatto pela oportunidade e parableno-o por este debate tão importante. Esta é uma agenda prioritária no Ministério do Meio Ambiente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sra. Juliana Ferreira Simões. (*Palmas.*)

Concedo a palavra ao Sr. Antônio Oliveira, Coordenador de Regularização de Territórios Quilombolas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA.

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA - Boa tarde a todos!



Sr. Presidente, Deputado Nilto Tatto, inicialmente quero também agradecer o convite de V.Exa., em nome também do Presidente do INCRA, Sr. Leonardo Góes, e do Diretor de Ordenamento Fundiário, Sr. Rogério Arantes.

Quero também cumprimentar todos os membros da Mesa e os colegas que também vão se manifestar.

A política quilombola chegou ao INCRA em 2003, por força de um decreto do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Essa política era executada até 2003 pela Fundação Cultural Palmares. O Governo entendeu que o INCRA era o órgão que tinha uma capilaridade maior no Brasil, considerando o pouco número de servidores na Palmares e a pouca estrutura à época. Ao entender isso, publicou o Decreto nº 483, transferindo a competência de regularização de territórios quilombolas da Palmares para o INCRA. A Palmares ficou apenas com a certificação das comunidades. Após a certificação, o INCRA começa a desenvolver o procedimento para elaborar o relatório técnico de identificação e delimitação do território das comunidades quilombolas.

Atuamos com base no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, no Decreto nº 4.883, na Convenção nº 69, na Instrução Normativa nº 57, que é um instrumento interno da Casa, além de outros normativos em que atuamos.

Se possível, queremos apresentar, só para V.Exas. terem um breve conhecimento, o fluxograma, o procedimento para se elaborar um relatório técnico para a identificação de um território até chegar a sua titulação. É a terceira lâmina, salvo engano.

(Segue-se exibição de imagens.)

Para V.Exas. verem a dificuldade para a execução dessa política. É uma política que se inicia na abertura do processo até a titulação. A depender do caso, passam-se 5 a 10 anos. É uma política que tem uma legislação um pouco complexa, motivo pelo qual, às vezes, não conseguimos avançar.

Após a autoatribuição da comunidade — o papel da Palmares é executar este trabalho —, as famílias precisam se autodefinir como remanescentes de quilombo. Esse é um papel também do INCRA, que faz o cadastramento dessas famílias na fase da elaboração do RTID — Relatório Técnico de Identificação e Delimitação.



É necessário também que a comunidade tenha um histórico de resistência coletiva e opressão sofrida no período escravagista ou pós-escravagista.

Apresentar característica comum como grupo, no parentesco, na organização social e nas atividades produtivas.

Ter uma relação específica com a terra. Para que o INCRA inicie os trabalhos em determinada comunidade, esta deve apresentar a certidão da Palmeares. É uma obrigatoriedade. Nem sempre uma comunidade tem uma certidão da Palmeares. Isso não impede que ela faça uma demanda perante o INCRA, que só pode iniciar o procedimento após a certidão da Palmeares.

Ter uma política que atenda a produção histórica e científica. A política de regularização fundiária de território quilombola leva em conta a produção histórica e científica nacional acerca das comunidades negras rurais e urbanas. As comunidades quilombolas se estabelecem pela fuga de escravo, mas também por outros fenômenos, como o abandono e a decadência de fazenda, a doação de áreas escravas ou compra informal de terra por escravos. Isso é muito comum nos quilombos que têm origem em canaviais. Às vezes, as propriedades que exploravam a cana-de-açúcar — isso é muito comum no Nordeste — entravam em falência. Nas proximidades de algumas fazendas, surgiam as comunidades quilombolas.

Vou falar um pouco do balanço da nossa política. Como eu disse para vocês inicialmente, ela entrou em 2003 no INCRA e foi até 2017. Nós já publicamos, nesse período até 2017, 232 relatórios técnicos que identificam o território. Nesses territórios, nós temos aproximadamente 28.440 famílias. Existem ainda, aproximadamente, mil comunidades pedindo para instaurar processo no INCRA.

Para vocês terem uma ideia, hoje, a Palmeares já tem catalogadas cerca de 3 mil comunidades no Brasil. É um número realmente grande. O INCRA, com a força de trabalho que temos hoje, tem uma política que eu acho difícil de tocar da forma como está.

Nós já publicamos 134 portarias. Existem três momentos cruciais no procedimento: a publicação do RTID, cuja elaboração gira em torno de 5 anos; logo em seguida, vem uma portaria de reconhecimento do território; e a última fase é a do reconhecimento, através do decreto presidencial. É o ato do Presidente que decreta o território quilombola.



Diferentemente da reforma agrária, a complexidade da política se dá em virtude de que o território, em regra, não tem apenas um proprietário. Existem territórios nossos que têm 500 proprietários, 200 proprietários, 100 proprietários. E para cada proprietário desse, nós temos que fazer notificação, responder contestação, recurso. Na fase de desapropriação, temos que desapropriar imóvel por imóvel. Vejam a complexidade que se dá, às vezes, para a execução da política.

Alguns de vocês devem conhecer algum território. Às vezes, o INCRA decreta o território e, daquele território total, há três, quatro, cinco imóveis que o INCRA conseguiu desapropriar. Os outros imóveis ainda estão em fase de desapropriação.

Vamos em frente. Decretos presidenciais. Este eslaide mostra os decretos por ano. Nós tivemos um grande *pool* em 2009, com um ato que aconteceu em Salvador. Nós publicamos 30 decretos em 2009. Em 2010, publicamos 11 decretos; em 2011, um decreto; em 2012, 11 decretos; em 2013, dez decretos; em 2014, não publicamos nenhum; em 2015, 14 decretos; em 2016, cinco decretos; em 2017, por enquanto, nenhum. Esses são dados importantes. Por meio deles, dá para fazermos uma breve análise de como, às vezes, depende do momento para a política avançar ou recuar.

Dos 82 territórios decretados, nós temos em torno de 1.280 imóveis para fazer vistoria. Se você levarem em conta a nossa demanda de reforma agrária, tenho certeza de que o INCRA não tem um terço de demanda de vistoria que tenha quilombola. Para cada imóvel desse, como falei para vocês, há um processo que o INCRA tem que instruir, desde a fase de notificação até a fase de ação de desapropriação. Então, isso leva longos anos para acontecer.

Na fase de desintrusão, cerca de 800 imóveis ainda carecem de avaliação. Dos 1.280, nós ainda temos 800 imóveis para avaliar. Se nós fossemos pagar hoje esses 1.280 imóveis, necessitaríamos de algo em torno de 400 milhões de reais — dos imóveis hoje que nós temos para avaliar. Esse é um valor razoavelmente alto para cobrirmos essa política.

Títulos emitidos pelo INCRA. O INCRA emitiu 102 títulos em 42 territórios quilombolas — 69 comunidades. No total, foram emitidos 220 títulos em 152 territórios, totalizando 700 mil hectares de terra. Ou seja, os quilombolas hoje têm aproximadamente quase 1 milhão de terras à disposição deles. Quase 180 milhões



foram investidos pelo INCRA até então — nós já gastamos algo em torno de 180 milhões em pagamentos de propriedades aos territórios quilombolas.

Há um dado interessante. Eu estava hoje, por exemplo, numa reunião na Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial — SEPPIR. As áreas ocupadas hoje sob a responsabilidade titulada do INCRA em nome das comunidades quilombolas correspondem a 0,01% do território nacional. É um número quase inexistente, mas é o que nós temos.

Eu estava vendo isto hoje: os territórios indígenas hoje ocupam cerca de 13% do território nacional; os quilombolas, apenas 0,1% do território nacional, um número quase inexistente. Se atendermos toda a demanda atual, esse número passa para 0,3% do território nacional. São números baixíssimos. Entendo que devemos melhorar esses números no decorrer dos anos que virão.

Sobre esta questão da agrobiodiversidade nas comunidades quilombolas, como disse a colega Juliana, entendo que uma das formas de sua manutenção é a manutenção dos territórios quilombolas, onde identificamos mais esse fenômeno. É impressionante isto, principalmente nos territórios quilombolas que estão na região do litoral brasileiro, onde existem várias comunidades quilombolas, e no Norte do País: nós encontramos territórios quilombolas intactos, sem qualquer tipo de intervenção agroindustrial, agroflorestal ou derivadas do “agro”, ou seja, nós encontramos territórios quilombolas na forma como eles surgiram.

Nós estamos trabalhando, inclusive com a Secretária Juliana, com territórios interessantíssimos que ficam lá no Estado do Pará: os territórios Alto Trombetas I e II, com uma área de aproximadamente 400 mil hectares, onde estão hoje cerca de 400 famílias. Nós estamos fazendo um trabalho em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, o ICMBio e o Serviço Florestal Brasileiro, para buscarmos alternativas para a manutenção daquelas populações que estão lá, de forma que a agrobiodiversidade sofra o mínimo impacto.

Eu entendo que, se existe um meio para manter a agrobiodiversidade no Brasil, é através dos territórios quilombolas. São populações que não têm uma ambição como nós vemos no cidadão comum; a ambição deles é a sobrevivência pela sobrevivência, no modo de viver deles. Entendo que estas, talvez, sejam uma alternativa: a manutenção e a regularização dos territórios quilombolas. Se



conseguirmos regularizar os territórios quilombolas na forma como estão, principalmente aqueles do Norte, com certeza nós vamos ter uma manutenção da agrobiodiversidade desses territórios — sem sombra de dúvida.

No mais, eu queria agradecer, mais uma vez, ao Deputado Nilto. Colocamo-nos à disposição para qualquer questionamento. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Antônio.

Passo a palavra agora à Patrícia Goulart Bustamante, que está representando a Embrapa.

A SRA. PATRÍCIA GOULART BUSTAMANTE - Eu queria também começar agradecendo o convite que foi feito à EMBRAPA, em nome do Presidente da EMBRAPA, Dr. Maurício Lopes, e do Chefe de Departamento, Dr. Fernando do Amaral.

Queria dizer para vocês que este assunto nos toca, vamos dizer assim, desde 1995, quando os índios krahô nos visitaram na EMBRAPA com um pedido muito claro — eu acho que vocês conhecem esta história, ela foi amplamente divulgada. Eles estavam procurando uma semente de um milho que eles tinham perdido. Ali começou uma relação. Nós entregamos a eles uma semente de milho pohumpey, que foi coletada dos Xavantes, sementes que levaram para suas aldeias. Depois de 3 anos, mais ou menos, eles retornam, em 1997, trazendo de volta as sementes para que fossem conservadas *ex situ* nas nossas coleções.

A partir daí, a gente começa uma relação com os povos e comunidades tradicionais de forma mais organizada. Em 2007, a gente cria um documento, faz vários eventos, embora a EMBRAPA, que cada vez mais vem organizando essa temática, seja uma empresa brasileira de pesquisa agropecuária, empresa pública que trabalha, vamos dizer, na forma de projetos.

A gente, na verdade, recebe dinheiro do Tesouro Nacional e capta alguns recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente — GEF, inclusive para trabalhar na forma de projetos.

Então, a gente trabalha especificamente de acordo com o projeto que a gente apresenta. E, a partir daí, vamos desenvolvendo as etapas.

Esse é um subsídio que a gente tem dado na questão das políticas públicas. São vários os projetos que nós, junto com as populações tradicionais, vamos



colocando, em forma de subsídios, para criação de reservas extrativistas, entre outros casos, para a conservação da agrobiodiversidade *in situ* e *on farm*.

(Segue-se exibição de imagens.)

Essa é uma tela feita por uma artista aqui de Brasília. É a capa do Prêmio Juliana Santilli de Agrobiodiversidade, a quem homenageio neste momento, uma pesquisadora que foi fundadora do Instituto Socioambiental — ISA que trabalhou conosco na EMBRAPA em alguns projetos. A Juliana era uma Promotora Pública e faleceu há 2 anos.

Esse Prêmio Juliana Santilli tem essa figura na abertura do prêmio, e a arte é da Silvia Barthe. Trata-se de um prêmio da agrobiodiversidade e populações tradicionais. No finalzinho, falamos um pouco mais sobre isso.

Então, nós temos hoje reconhecidos no Conselho de Povos e Comunidades Tradicionais essa imensa diversidade não só biológica, mas também diversidade de povos no Brasil. É uma riqueza impressionante, em termos de conhecimento, de diversidade e de País, vamos dizer assim. E a gente precisa, de fato, ter muito orgulho disso, conservar isso de alguma forma... *(A oradora se emociona.)*

É a nossa missão, não é Deputado? Uma vez eu estive no México e ouvi os mexicanos com muito orgulho falarem assim: “*Nós, no nosso Jardim Botânico, conhecemos e mantemos 98% da nossa flora. Se nós não fizermos assim, que outro país fará?*”

Eu acho que é o nosso caso. A gente precisa conhecer os nossos povos. A gente precisa conhecer a nossa biodiversidade. “*Se nós não fizermos isso, quem mais fará?*” Então, precisamos investir mesmo nisso.

Portanto, quando falamos de conhecimento tradicional, de povos e comunidades tradicionais, referimo-nos a essa coevolução das plantas e dos povos.

Eu gostaria de citar três exemplos aqui da América Latina: o milho, o amendoim e a mandioca. O amendoim, se você coletar o material silvestre, não virará amendoim. Quando você puxa da terra o amendoim, vem só a planta verde. Por quê? Porque foi o homem, no contato com a planta ao longo de milênios, que fez com que ele puxe a raiz da terra e saia de lá o amendoim. Isso ocorre porque ele selecionou esse material. Isso é um conhecimento construído ao longo de milênios, e hoje nós usufruímos dele e fazemos pesquisa em cima dele.



Se considerarmos o milho original, nós não o encontramos. O milho como nós temos hoje nós não encontramos na natureza. O que encontramos na natureza é uma planta chamada teosinte, que é aquela ali. Vejam o tamanho da espiga. Se olharmos, veremos que o milho original, o silvestre, é do tamanho de uma miçanga pequena. Quem fez o milho do jeito que ele existe hoje foram os agricultores. Há milhares de anos em contato com essas plantas, eles trouxeram o milho para o milho como ele é hoje. E ele chega a um ponto em que ele é totalmente dependente do homem. Se jogarmos uma espiga no chão, ela não vai produzir; ela precisa se destacar, com mão humana, para poder ter o milho que nós temos.

Isso é conhecimento. Nós devíamos trabalhar com os povos e comunidades tradicionais — eu até me emociono — até por gratidão, porque foram eles que fizeram todo alimento que nós temos hoje. Nós evoluímos muito pouco em relação ao tanto que eles fizeram ao longo desses milênios.

E a mandioca é maravilhosa: ela é brasileira, ela é da Amazônia. E mais: se pegarmos a mandioca original, silvestre, ela é tóxica; quem trouxe a mandioca para nós e fez com que ela fosse um alimento com essa diversidade que ela tem são os povos e comunidades tradicionais ao longo de milênios.

Então, por gratidão que seja, por pagar uma conta que nós devemos, nós temos que trabalhar dando, vamos dizer, condições para esses povos e comunidades tradicionais continuarem a fazer esse trabalho que eles fazem — e sempre fizeram sem nunca nos cobrar nada; muito pelo contrário, ficando eles eternamente à margem de todo o processo.

Continuando, nós poderíamos dizer — e aí eu trago uma frase da Juliana — o seguinte: “*A agrobiodiversidade é um produto da intervenção do homem sobre os ecossistemas*”. Os conhecimentos, inovações, práticas de manejo e técnicas agrícolas são um componente-chave da agrobiodiversidade e foram responsáveis pela enorme diversidade de plantas cultivadas e de agroecossistemas que nós temos hoje.

Então, seguindo, nós podemos dizer que a agrobiodiversidade — esse é um desafio imenso para nós, para a EMBRAPA, acho que para todos nós — não se resume à diversidade de plantas; ela não é composta apenas de sementes crioulas;



não, ela se compõe dos ecossistemas, das paisagens, tudo isso reflete a agrobiodiversidade.

Enquanto nós estamos trabalhando com um componente, quer dizer, a semente, nós não podemos perder de vista que ela faz parte de um sistema agrícola. E nós temos esse desafio de perceber a agrobiodiversidade como sistema também.

Muitas vezes os cientistas atuais e nós todos nas ciências e, vamos dizer, nas nossas áreas, temos esse hábito das caixinhas e olhamos apenas as sementes. Sementes crioulas são importantes? São. Mas elas fazem parte de um todo muito maior que nós precisamos ligar.

Então, ali nós temos uma imagem — que eu acho que a Anna vai trazer logo depois — de uma roça cabocla lá na Amazônia. Nós temos os terraços de arroz das Filipinas. Nós temos uma roça de vereda, chamada de roça de esgoto, que está proibida pela lei ambiental, mas é um manejo raríssimo, um manejo em que se esgota a água, planta-se e depois se retorna a água. Para tanto, é preciso conhecer aquele sistema agrícola e aquele lençol freático de tal maneira que só mesmo os veredeiros para fazer uma roça dessa. E esse conhecimento está sendo perdido também por leis que não permitem que os veredeiros cultivem os seus feijões nas veredas.

Além disso, a gente tem a roça da Amazônia, que gera uma diversidade que é uma mistura, um entrelaçamento com a cultura e com os casamentos de plantas impressionantes.

E temos também os oásis. Esta foi a minha grande surpresa no ano passado: eu descobri que os oásis não são uma paisagem natural, eles são uma paisagem cultural. Foi o homem quem os fez, ao longo de milênios. Se você andar no deserto, a cada 12 dias você vai encontrar um oásis. E isso ocorre porque foram os homens que construíram os oásis ao longo de milênios com plantas que puxam o lençol freático, plantas que eles deixavam pelo caminho. Com o passar dos anos, os oásis foram sendo, vamos dizer assim, cultivados.

Por que a gente conserva a agrobiodiversidade? Na memória coletiva do mundo há um evento significativo que aconteceu de 1845 até 1849 na Irlanda. Houve enorme fome naquele país, quando 1 milhão de pessoas morreram e 1



milhão de pessoas migraram para os Estados Unidos por causa de um fungo que atingiu um único clone de batata na Irlanda. Essa batata veio do Peru — mas era um clone único.

A batata tem propagação vegetativa. As pessoas plantaram aquele clone e, ao fim de um período, tudo era igual. E foi assim que um fungo dizimou todos os campos de batata da Irlanda. Milhões de pessoas morreram, milhões de pessoas migraram. Os Estados Unidos vivenciaram esse momento de receber os irlandeses, e isso ficou na memória da humanidade. E os irlandeses foram ao Peru para levar uma nova batata que fosse resistente a esse fungo.

A ideia é a seguinte: se a gente não conservar a diversidade, a fome virá — a fome virá. E hoje não será por causa de fungo, não. Hoje as mudanças climáticas batem à nossa porta e, se nós não conservarmos a agrobiodiversidade, nós não teremos chance.

Então, nós não temos saída. Além da gratidão, nós temos que ter por eles o respeito pelo conhecimento que eles têm. Eles, os povos e comunidades tradicionais, não conservam a agrobiodiversidade com esse pensamento que a gente tem, não. O pensamento que eles têm eu vou trazer aqui numa frase que gosto muito: *“Ela é um elemento central da resiliência e da adaptabilidade dos sistemas agrícolas frente a situações de estresse que eles vivem todos os dias”*. Então, eles precisam da diversidade.

Pensem no agricultor do Nordeste. Se ele não tiver diversidade, ele não vai colher. Então, isso faz parte do dia a dia dele. E para nós, isso vale muito. Para nós que estamos na cidade e dependemos de outros para plantar nosso alimento, esse material que eles têm e conservam vale muito.

Volto alguns eslaides para externar isto. Os sistemas alimentares no mundo estão baseados — 60% — no arroz, na batata, no milho e no trigo. Se você juntar centeio, cevada, banana e batata doce, estes produtos totalizam 90% da composição de nosso sistema alimentar.

Então, nós somos altamente interdependentes. Quando se observa o mapa do mundo — vejam estas setinhas —, vê-se que os principais alimentos que a gente consome hoje no Brasil não são brasileiros. A gente depende de outros países.



Essas estatísticas — depois a gente pode discutir sobre isto — são muito interessantes. Se você for ao Amapá, vai ver que a base é o açaí e o peixe, mas isso nem está citado aí — a gente precisa conversar depois sobre isso.

Essa foi uma matéria da revista *National Geographic*, mostrando a diversidade que nós tínhamos há 100 anos — essa árvore em cima — e a diversidade das mesmas espécies que nós temos 80 anos depois. E isso é conservado. Se nós considerarmos essa modernização da agricultura, com pacotes tecnológicos, toda essa uniformidade é considerada uma virtude. Então, nós perdemos muito material com isso.

Continuando, falo agora sobre as agriculturas tradicionais. Há outra frase que eu gosto demais:

A noção de resiliência deve ser vista como uma propriedade global dessas agriculturas — as agriculturas tradicionais — que vai além das esferas da produção agrícola e do consumo e que integra suas dimensões sociais e culturais com seus componentes materiais e imateriais. Para tanto, é necessário melhor identificar os processos sociais e culturais e os recursos cognitivos (os saberes locais) que estão na base da produção da diversidade das plantas cultivadas e dos agrossistemas associados.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA vem trabalhando desde 1995 muito focada na questão das sementes. Quando os índios krahô vêm e pedem as sementes, nós as pegamos nas nossas coleções e as devolvemos. Começamos a trabalhar com eles, com relação às demandas, na questão da agrobiodiversidade.

Há um grande foco na CENARGEN. A Sra. Terezinha participa muito ativamente disso. De repente nós somos convidados a olhar isso como sistema agrícola. E aí? Como nós vamos conservar e como nós vamos ajudar os sistemas agrícolas tradicionais? E o Rio Negro nos traz a grande ideia, vamos dizer assim, que é a questão discutida lá junto aos povos tradicionais. A ideia é considerar isso como um patrimônio cultural. A ideia é considerar a agrobiodiversidade não só



focada nas sementes, mas nos sistemas e considerá-la um patrimônio cultural brasileiro.

Então, a EMBRAPA caminha para buscar o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN e começar a trabalhar junto com a questão da agrobiodiversidade e dos sistemas agrícolas como um patrimônio cultural a ser conservado.

E hoje nós temos um convênio firmado no ano passado, em 2016. Estamos, portanto, trabalhando nessa linha também, além de toda a linha que nós estamos trabalhando com relação às sementes.

Falando um pouco mais do trabalho realizado ao longo desse tempo, aqui há um índio krahô buscando as sementes nas câmaras. E a Sra. Terezinha Dias traz esse eslaide. Ela está aqui e tem um histórico muito grande de trabalho com as populações indígenas.

O começo é em 2004 com as feiras de semente e com os cursos que são feitos para conservação. Nós temos que dizer que esses cursos são bem dialógicos. É feita uma coisa muito dialogada com os índios. Trabalhamos com as etnias krahô, apinajé, paresi, canela, kayapó e xavante.

Houve então esse trabalho ao longo desse tempo, de 1997 até agora, com diversas feiras de sementes. No debate, nós podemos trazer a Sra. Terezinha para falar quantos índios e quantas etnias trabalharam conosco nesse período.

Eu acho que os senhores devem conhecer a EMBRAPA. Ela tem 47 unidades distribuídas no País. Atualmente, num levantamento feito em 2014, verificamos que nós temos 28 projetos de pesquisa com indígenas e 110 pesquisadores envolvidos.

As nossas principais parcerias são com universidades, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMATER, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, sindicatos de trabalhadores rurais.

Aqui está o mapa da atuação da EMBRAPA. Ela tem essas diversas unidades. E nós poderíamos destacar a EMBRAPA CENARGEN e a EMBRAPA Pantanal com maior número de atuação em pesquisa com povos e comunidades tradicionais. Temos também um trabalho em Roraima, na EMBRAPA Acre e no Semiárido.



A EMBRAPA é dividida em unidades temáticas, unidades ecorregionais e unidades de produto. Podemos destacar a unidade temática, que é o CENARGEN, como a unidade que, de certa forma, organiza bem isso.

Na EMBRAPA trabalhamos com arranjos e portfólios de projetos. Hoje, o arranjo de projeto que reúne essas iniciativas está na liderança do CENARGEN.

Há também as atuações com os povos indígenas e com as comunidades tradicionais e quilombolas. Também fizemos esse levantamento, e 56% das atividades dos nossos projetos são com o povo indígena.

Quero trazer aqui uma iniciativa internacional. Há várias iniciativas internacionais, sabemos disso, há o tratado da FAO — Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, há o CDB — Convenção sobre a Diversidade Biológica, só que temos uma iniciativa internacional, no âmbito da FAO, que começou no dia 1º de janeiro de 2015, depois de um projeto GEF de 10 anos. Começou em 2015 como um programa oficial da FAO.

Esse programa se chama GIAHS — Sistemas Engenhosos do Patrimônio Agrícola Mundial. Trata-se de um programa que reconhece sistemas agrícolas tradicionais no mundo. Por incrível que pareça, não temos nenhum reconhecido no Brasil ainda, mas estamos trabalhando para isso.

Nós temos 36 GIAHS reconhecidos no mundo. A grande parte deles está na Ásia. Sabe aquele terraço de arroz que tem o peixe, o pato e o arroz na China? É reconhecido como um patrimônio cultural mundial, como um sistema agrícola mundial conservado e reconhecido.

Na América, há dois: a Ilha de Chiloé, no Chile, e o Peru. O Peru é o maior GIAHS que há no mundo. Vai desde o território de Puno, no Lago Titicaca, até Cusco. Todo esse território é considerado GIAHS.

Como os GIAHS atuam? Manda-se para lá uma intenção. Por exemplo, se fosse um território quilombola que quisesse o reconhecimento como sistema agrícola tradicional, o interessado preencheria um formulário e o mandaria para lá. No momento em que isso é preenchido, eles fazem o contorno desse território e começam a monitorar por fotografia aérea tudo que está acontecendo em termos da conservação da biodiversidade.



Quais são os critérios para uma população ou um território ser reconhecido como GIAHS? Tem que se conservar a agrobiodiversidade; tem que haver elementos de cosmovisão; deve possuir a questão dos conhecimentos tradicionais associados e tudo isso.

Hoje estamos trabalhando com esse desafio na EMBRAPA de trazer para esse programa o máximo de iniciativas e de populações possíveis brasileiras como sistemas agrícolas reconhecidos internacionalmente como patrimônio cultural.

Eu gosto muito do mapa do GIAHS no mundo. Por exemplo, o que diríamos do Irã? Qual a história que temos para contar do Irã? Geralmente se ouve que o Irã é um país de guerra, mas o GIAHS traz outra história desse país. O Irã tem sistemas agrícolas tradicionais reconhecidos. A Síria tem sistemas internacionais reconhecidos. Então, mostramos um mapa-múndi diferente daquelas populações, e evita-se essa história única, como, por exemplo, de que o Irã é só um país de guerra. Isso não é verdade.

No último eslaide há uma propaganda com o Prêmio Juliana Santilli Agrobiodiversidade. As inscrições se encerram no dia 24 de junho. É uma iniciativa do ISA — Instituto Socioambiental, com a participação da EMBRAPA no comitê.

Todos que tiverem iniciativas com a agrobiodiversidade mandem para o ISA até o dia 24 de junho.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Muito obrigado, Sra. Patricia Goulart Bustamante.

Passo a palavra agora para o Sr. Paulo Rogério Gonçalves, representante da Articulação Nacional de Agroecologia — ANA.

O SR. PAULO ROGÉRIO GONÇALVES - Boa tarde a todas e todos. Agradeço em nome da ANA o convite para participar desta audiência pública.

(*Segue-se exibição de imagens.*)

A Articulação Nacional de Agroecologia é uma rede de movimentos sociais e organizações da sociedade que vem discutindo a importância da agroecologia no Brasil.

Entendemos a agroecologia como agrobiodiversidade. Entendemos que agroecologia surge por meio da criação das populações tradicionais, dos povos



indígenas e das comunidades quilombolas. Esses sistemas tradicionais de produção vão cada vez mais se reafirmando e construindo outros sistemas a partir de interação com outros povos e com outras realidades e vão criando uma grande prática de agroecologia brasileira, que é de onde, de fato, vem o alimento saudável, o alimento sem agrotóxico e o sistema de produção que realmente garante que a natureza continue viva e não seja destruída totalmente.

A ANA representa um pouco uma rede que vem fazendo esse debate no Brasil junto com os nossos parentes indígenas, quilombolas e muitos outros.

Venho também de uma organização chamada Alternativas para Pequena Agricultura no Tocantins, que atua naquele Estado. Participamos da Articulação Tocantinense de Agroecologia, que é um espaço em que os diferentes movimentos vêm debatendo agroecologia no Estado.

Como foi falado pela Sra. Patricia Goulart Bustamante, temos os povos indígenas vivendo no nosso Brasil talvez há 50 mil anos, segundo os estudos da Serra da Capivara. Esses povos vivem no Brasil há tanto tempo por meio da gestão dos seus bens, a partir da gestão da agrobiodiversidade local.

Imaginem 50 mil anos, isso é muito tempo. Eles vieram conhecendo e desenvolvendo as plantas. Há 10 mil anos que se produz mandioca no Brasil e que se faz farinha de mandioca no Brasil. Imaginem que foi criada uma tecnologia que nunca foi substituída, está aí e é extremamente interessante.

Então, nesses 50 mil anos, essas populações indígenas vieram construindo sistemas de produção e de manejo extremamente ricos e diversos, os quais ainda estão vivos, estão nos territórios. Não são coisas que foram criadas, eles estão lá.

Nós temos ali o povo Apinajé, que vive no norte do Tocantins, no Município de Tocantinópolis. Eles estão lá vivendo e fazendo a gestão de seus recursos, fazendo o manejo da sua segurança alimentar.

Nós temos ali uma foto do coco babaçu. Só ele tem mais de 50 produtos e subprodutos. Há o coco, o óleo, o azeite, o mesocarpo, o carvão, uma série de produtos e subprodutos que são trabalhados.

Os povos indígenas que trabalham lá no Tocantins, além do coco babaçu, com uma série de outras espécies e um monte de práticas, todo um conhecimento associado enorme dessas populações.



Eles ensinaram as quebradeiras de coco a quebrar o coco e a fazer o óleo. Há hoje mais de 400 mil mulheres vivendo do coco babaçu no Brasil, mas vivendo numa situação bastante difícil, sem áreas garantidas para o seu acesso. Mas estão lá. O importante é que os povos indígenas construíram toda uma riqueza que está aí viva nos territórios.

Temos aqui uma das comunidades quilombolas. Há 500 anos eles estão no Brasil junto com os indígenas, dialogando, trocando saberes, trocando conhecimentos e manejando os seus sistemas. Nós temos sistemas riquíssimos que foram construídos e estão sendo remanejados pelas comunidades.

Aquele sistema de “roças de esgoto”, do qual a Patrícia falou, é um sistema extremamente forte na região do Jalapão, em Tocantins. É um sistema extremamente produtivo. Eles conseguem produzir o ano inteiro uma diversidade de produtos. É bastante interessante que, no fundo, a partir da criação das unidades de conservação no Jalapão, todo mundo foi proibido de fazer isso.

Ainda bem que o pessoal é rebelde. Eles desobedecem à lei e fazem o que têm que fazer. E nós estimulamos que façam mesmo, porque nós precisamos só obedecer às leis que são coerentes. Essas leis incoerentes nós realmente temos que desafiá-las. Aliás, outro desafio foi a nossa entrada aqui hoje. Viemos participar de um debate e encontramos policiais encapuçados, com capacetes e máscaras de gás — uma coisa absurda! Chegamos aqui na Câmara e encontramos uma recepção que deveria estar em outros locais. Talvez, se estivessem nas fronteiras do agronegócio, seria mais interessante.

Então nós temos as comunidades quilombolas no Brasil construindo sistemas riquíssimos. Temos ali a D. Terezinha. Eles trabalham com buriti, uma diversidade de frutas, uma diversidade de produtos, uma diversidade de processos, procedimentos e processamentos desses produtos. O Sr. Zezé e a D. Terezinha moram lá no Jalapão.

Aquele babaçu ali tem a época de cair, tem uma forma de ser coletado, tem uma maneira de ser umedecido para tirar a polpa, tem uma forma de ser secado, tem uma outra maneira para ser produzido através da rapadura. Então, é uma rica biodiversidade que está lá com um saber associado, com um monte de procedimentos, um monte de técnicas.



Eu acho interessante, porque parece que as tecnologias são só coisas inventadas a partir da ciência moderna. Isto é um grande engano. As tecnologias estão lá. Elas são tecnologias que foram criadas pelas populações tradicionais e são extremamente ricas, interessantes e muito mais sustentáveis do que, muitas vezes, as que nós temos hoje.

Do outro lado, nós temos o capim dourado, uma outra variedade, uma espécie muito interessante e muito forte no Estado do Tocantins. Existe a época para colher, existe o ponto de maturação, existe um conjunto de procedimentos de queima daquelas áreas para produzir o capim. Enfim, existe toda uma metodologia e procedimentos que foram construídos através da observação e da prática dessas comunidades que conseguem produzir belos artesanatos com o capim dourado. E existe também o processo da costura, dos pontos, a retirada o buriti para fazer o fio de buriti. Então, há todo um procedimento.

Existe um conjunto de outras populações tradicionais que surgem a partir principalmente dos povos indígenas e das comunidades quilombolas. Temos lá os geraizeiros, temos os vazanteiros, temos, como a Patrícia já mostrou, uma infinidade de populações tradicionais, que foram para os seus espaços, que conheceram os seus ambientes, que construíram as suas técnicas, que manejam os seus ambientes de forma extremamente interessante. Estão lá! No ano passado, o movimento quilombola do Tocantins fez um mapa da sociobiodiversidade quilombola no Tocantins. É um exemplo que nós trazemos.

As comunidades do Tocantins trabalham com extrativismo de fruta, coco e plantas medicinais. Estão lá trabalhando! São 52 espécies que estão sendo trabalhadas, manejadas, processadas, vendidas. E trabalham com 36 espécies agrícolas. Então, existe uma diversidade enorme de produtos extrativistas e agrícolas que tiveram todo um aporte de manejo das pessoas para que eles tenham o tamanho que encontramos hoje.

Em outra oportunidade interessante, houve uma feira de troca de sementes da juventude quilombola. A Terezinha sempre falava das feiras dos krahôs. Os quilombolas disseram: *“Vamos fazer uma para nós aqui também”*. Só de fruteiras foram trocados 28 tipos, além de 25 tipos de feijões, 15 tipos de hortaliças, 11 variedades de mandioca, 6 variedades de arroz, 12 outros alimentos. Isso somou 97



entre espécies e variedades. Por aí se vê a diversidade que está lá, na mão das comunidades.

Nós observamos, então, que no Brasil um grande número de espécies está sendo manejada pelos povos e comunidades com saber associado, em todas as regiões do País.

Quando vamos aos faxinais em Santa Catarina, vemos a riqueza dos faxinais. Quando vamos aos açazeiros no Pará, vemos todo o manejo do açazal. Então, encontramos uma diversidade enorme da agrobiodiversidade desses povos. Associado a essas espécies, existe um enorme saber.

É muito interessante todo o saber de se fazer uma casa: quando se tira a palha, quando se tira a madeira, quando se colhe o fruto, de que maneira se colhe o fruto. Isso está lá. Esse é um saber que muitas vezes é desconsiderado.

No Jalapão, as comunidades queimavam as áreas. Quando chegaram lá as Unidades de Conservação, proibiram a queima. Começou a haver incêndio por todo lado. Depois de 10 anos, foram à Austrália e descobriram que os jalapoeiros estavam certos. Agora, estão lá, aprendendo, depois de 10 anos de incêndios.

Muitas vezes, há um desrespeito à ciência dessas populações. Existe um problema sério de desconsideração desse saber. Muitas vezes, o comportamento da ciência é meio folclórico. Dizem: *“Que legal! Eu sou o Joãozinho. Como é que funciona a lua?”* Mas não acreditam muito naquilo.

Nós precisamos compreender que existem diversos saberes. Existe o saber que, de fato, é um saber eurocêntrico, mas existem também os nossos saberes, das populações tradicionais brasileiras, que são extremamente importantes e fundamentais para que tenhamos talvez um futuro melhor, porque esse saber eurocêntrico não está nos levando a caminhos de sobrevivência.

Esses diferentes saberes vão criando os modos de vida que na ANA podemos chamar de modos de vida agroecológicos ou modos de vidas tradicionais. Essa vida nos territórios cria um modo de vida específico. Essas pessoas vivem nos seus territórios. E os seus territórios possibilitam que elas tenham as suas vidas, que elas tenham a sua maneira de viver, que elas tenham a sua prática alimentar. Elas criaram os modos de vida, e os moldes de vida têm a ver com os territórios onde elas vivem.



Mas como está a regularização e a garantia desses territórios para essas populações? Nosso amigo do INCRA apresentou 220 territórios titulados. Dos 220, eu acho que 42 pelo INCRA; o resto, pelos Estados. O senhor imagine, depois de tantos anos, nós termos uma regularização insignificante de território quilombola. E o que está acontecendo com esses territórios quilombolas? Dia a dia eles estão sendo invadidos.

Será que nós vamos conseguir garantir a proteção da agrobiodiversidade antes de ela ser destruída no Brasil? Isso é um desafio para o Brasil. Dia a dia se encontra um grileiro, se encontra um sojeiro invadindo um território quilombola, invadindo um território de populações tradicionais, desmatando a nossa agrobiodiversidade.

Nós vivemos numa situação de grande guerrilha urbana. Nós temos um avanço absurdo e violento. Morreram duas lideranças nessas semanas no Pará. As pessoas estão sendo assassinadas, as pessoas estão sendo mortas por causa dos seus territórios. Os territórios estão lá. Ao mesmo tempo em que nós temos lá uma tentativa, nós temos, por exemplo, o Governo lançando o programa do MATOPIBA. Aquele MATOPIBA é para matar o Piba, o João, a Maria, é para matar tudo. São programas absurdos que nós acabamos encontrando. Nós temos necessidade de garantir os territórios dessas populações. Elas estão vivendo uma situação de extremo risco, porque todo dia aparece um invasor — e com crédito do Banco do Brasil, e com crédito do BNDES. Nós temos, infelizmente, uma política brasileira estimulando a destruição da agrobiodiversidade brasileira. Nós vamos ter que pensar como conseguiremos retomar isso.

Nós temos um monte de políticas importantes, mas qual é a escala delas? Está aí uma coisa que temos que pensar: qual é a escala? Vamos trabalhar com quantos territórios quilombolas? É fundamental discutir a gestão dos territórios quilombolas. Quantos? Cinco, quatro, dez? Nós temos 5 mil territórios quilombolas no Brasil. Como é que nós vamos ter uma ação que de fato consiga um impacto necessário para garantir a proteção da agrobiodiversidade brasileira?

Então, eu acho que nós temos demarcação já dos territórios tradicionais e demarcação já dos territórios quilombolas. Nós temos que garantir que a terra fique na mão do povo, que o território fique na mão das comunidades, porque, só assim,



de fato, teremos uma agrobiodiversidade viva neste País. E precisamos fazer isso antes de a soja e o eucalipto destruírem tudo.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Paulo.

Passo a palavra agora para a Anna Maria de Castro Andrade, antropóloga e pesquisadora de manejo em roças tradicionais.

A SRA. ANNA MARIA DE CASTRO ANDRADE - Boa tarde a todos e a todas.

Sou antropóloga e consultora. Já trabalhei muitos anos no Instituto Socioambiental — ISA, onde continuo trabalhando esporadicamente, e já fiz trabalho de consultoria para outras organizações do terceiro setor também.

A minha fala está um pouco estruturada em cima de experiências de trabalho dentro do Instituto Socioambiental em dois territórios diferentes: o Vale do Ribeira, onde o ISA fez e continua fazendo um trabalho com as populações quilombolas; e a Terra do Meio, onde o ISA tem um trabalho com as populações ribeirinhas extrativistas, no Pará.

(*Segue-se exibição de imagens.*)

Quando provocada a fazer esta fala, eu fiquei pensando nos sistemas agrícolas tradicionais com os quais eu venho trabalhando no Vale do Ribeira. Na verdade, as populações tradicionais são importantes para a agrobiodiversidade, mas também são importantes amplamente para a biodiversidade inclusive dos ambientes, dos biomas considerados nativos, ou não antrópicos, não antropizados. Então, há importância dessas populações para as florestas também. Já faz um tempo que os pesquisadores descobriram que as florestas chamadas naturais são muito antropizadas. Elas são resultados de manejos seculares por essas populações indígenas na Amazônia. Da mesma maneira, a Mata Atlântica o foi.

Como o modo de vida e os conhecimentos tradicionais ampliam e mantêm a diversidade florestal e agrícola? No caso das florestas, o modo de vida dessas populações é fundamental: os usos que essas populações fazem do seu território, como já foi mencionado aqui mais de uma vez. E essa relação com esses ambientes, com a floresta, é baseada em valores éticos, de reciprocidade.



Se já se interessaram em algum momento pelas cosmologias indígenas, os senhores vão perceber que a relação que os povos estabelecem com a floresta, com as plantas, com os bichos não é uma relação instrumental. A natureza não é vista como um objeto disponível para o uso humano, mas, sim, como um conjunto de entidades, de seres que estão em relação de igualdade, e o ser humano é mais um naquele ambiente. Essa é uma cosmovisão que está nas populações indígenas e que aparece também em outras populações tradicionais de outras maneiras. E a floresta é também fonte de subsistência. Então, seria um tiro no pé você destruir a sua fonte de sobrevivência material. Da floresta eram retirados os materiais para a construção das casas, o alimento, o remédio e, como eu já disse, parte da imaginação simbólica e cosmológica, que é própria do ser humano.

Ao mesmo tempo, focando um pouco mais a questão dos sistemas agrícolas, especificamente — depois eu vou falar um pouco mais sobre a roça de coivara itinerante, que é um elemento comum de todas essas populações —, os sistemas agrícolas tradicionais dinamizam os processos biológicos na floresta.

O processo em que a mata é desbastada, queimada e depois deixada em pousio cria a possibilidade de estágios sucessionais de regeneração, que permitem o aparecimento de mais biodiversidade — e não como se costuma dizer, menos. Então, o próprio uso agrícola do território florestal aumenta a diversidade da floresta.

Nas roças, como já foi mencionado, nós temos a necessidade da segurança alimentar. Então, é preciso ter diversidade dentro das unidades agrícolas, devido à sazonalidade e ao controle de pragas. A diversidade de plantas dentro de uma roça, ao longo de milênios de manejo, permite o controle de pragas. Uma população que tem a sua roça como base de segurança alimentar precisa ter alimento o ano inteiro. Então, ela tem que ter diversidade, porque cada planta tem o seu tempo. Isso é básico.

A diversidade agrícola é também mantida e ampliada com as trocas intercomunitárias que esses povos e comunidades fazem desde sempre — a Patrícia mencionou o manejo das espécies de milho pela ação humana — e as trocas que essas populações fazem de sementes, material genético, e cruzamentos, experimentos que vão fazendo *in situ* nas suas roças.



Eu falei até agora de uma questão mais geral de todas essas populações, mas queria apresentar rapidamente o Vale do Ribeira. Trata-se de uma região extremamente rica, que tem um patrimônio socioambiental muito importante e está na divisa de São Paulo e Paraná. Ela conta com 88 comunidades quilombolas, 21 delas reconhecidas pelo poder público, ou seja, menos de um quarto. Conta também com cerca de 80 comunidades caiçaras no estuário que vai de Iguape até Paranaguá; 16 aldeias indígenas, nenhuma delas homologada; 45 Unidades de Conservação; mais de 12 mil quilômetros quadrados de vegetação natural remanescente, equivalente a mais de 70% do território da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Então, mais de 70% da vegetação que cobre o território é floresta, além de manguezais, restingas e ecossistemas insulares. Essa região também conta com 273 cavernas, formando um dos maiores patrimônios espeleológicos do Brasil. Esse conjunto representa mais de um quinto dos 7% do bioma de Mata Atlântica que restou no Brasil, o que não é pouca coisa, considerando que estamos entre duas das maiores capitais do Brasil, São Paulo e Curitiba. Esse mapa que eu apresento chama a atenção para o seguinte: onde há floresta, há população tradicional. Isso não é coincidência.

Como eu disse, esses sistemas agrícolas, esse modo de vida é conservador de florestas. As próprias Unidades de Conservação, quando identificam um lugar conservado para se estabelecer, acabam sobrepondo, muitas vezes, as Unidades de Conservação a lugares onde há população.

Essa é uma foto de plantio de feijão na comunidade quilombola de Bombas.

A Terra do Meio é outra escala, escala amazônica. São 8,5 milhões de hectares, 93% do território preservados, 3 terras indígenas, centenas de famílias ribeirinhas, 5 Unidades de Conservação federais, 3 Unidades de Conservação estaduais.

Como importância desse território, citamos: barreira contra o desmatamento; biodiversidade ainda desconhecida — é pouco conhecido em termos de pesquisa; regulador climático; serviços socioambientais. Esse território presta uma série de serviços ambientais, hídricos e de biodiversidade.



A Terra do Meio fica na Amazônia. Aqui podemos ver a Bacia do Xingu. A Terra do Meio ocupa esse território aqui, entre o Rio Xingu e o Rio Tapajós. Vê-se, ao lado dessa ilha de floresta, o desmatamento chegando bastante perto.

Essa é uma localidade beiradeira, no Rio Iriri. E aqui vemos uma seringueira, base da ocupação ribeirinha nesse território.

Uma pesquisa que o Instituto Socioambiental fez com as Unidades de Conservação da Terra do Meio indicou que o desmatamento em relação ao uso de populações tradicionais equivale a 3% do total de desmatamento do território.

Nesse monitoramento que fez, o ISA colocou em relação as cinco Unidades de Conservação principais ali: as três RESEXs, a RESEX Riozinho do Anfrísio, a RESEX Rio Iriri e a RESEX Rio Xingu, onde se tem população tradicional reconhecida, e duas Unidades de Conservação de proteção integral, que é a ESEC Terra do Meio e o Parque Nacional da Serra do Pardo. Eles verificaram que, onde há população tradicional, o desmatamento é mais controlado e, onde deveria haver uma proteção integral mais efetiva, as pessoas conseguem invadir mais.

Esse dado foi fundamental para mostrar que as populações das três RESEXs que estão no entorno dessas Unidades de Conservação de proteção integral são uma barricada de proteção da floresta e que os maiores focos de desmatamento são dentro das Unidades de Conservação de proteção integral.

Essas populações são parceiras da conservação. Essas populações ajudam a fiscalizar, inclusive fazendo parcerias com governo e organizações civis. Acho que elas devem ser colocadas nesse papel cada vez mais.

O sistema agrícola tradicional do Vale do Ribeira está sendo estudado neste momento para se pleitear reconhecimento como patrimônio imaterial do Brasil. É um trabalho que o ISA vem fazendo junto com as comunidades do Vale do Ribeira.

E o sistema agrícola é um sistema porque coloca em relação uma prática de cultivo e uma série de outros bens culturais associados, que são: uma determinada forma de relação com o território; transmissão do conhecimento intergeracional; formas culinárias tradicionais; cultura material, associada a esses processamentos de alimentos; mutirão, como forma de organização coletiva do trabalho, em que se tem um princípio de uso comum do território e de solidariedade, que são princípios caros a essas populações; celebrações e expressões culturais, as mais diversas, de



que eu vou mostrar algumas imagens adiante. E está ocorrendo um interesse cada vez maior de pessoas da cidade por esses produtos, os produtos da agrobiodiversidade das populações tradicionais. Nós estamos vendo uma rede de grupos de consumo consciente, orgânico, agroecológico se formando. Esses são também pontos importantes desse fortalecimento que nós estamos defendendo.

Nós estamos com pouco tempo. Eu tenho aqui um eslaide sobre o que é a roça de coivara e como ela funciona. Eu vou dizer rapidamente então que as roças de coivaras são áreas muito pequenas abertas dentro da mata com o uso do fogo. O uso do fogo foi historicamente condenado pelos ambientalistas, porque era considerado destruição do meio. Depois de 3 a 5 anos de uso, a área é abandonada e só volta a ser utilizada muitos anos depois. Na Amazônia, rapidamente, de 7 a 10 anos, a área já está pronta para ser usada novamente; na Mata Atlântica, isso demora um pouco mais de tempo. Aí, a itinerante. As famílias vão abrindo outras áreas. O ideal é ter pelo menos três áreas abertas de roça para ter segurança alimentar.

Essa é uma paisagem. A Patrícia falou da importância desses sistemas agrícolas na paisagem. Literalmente, o que se vê nesse vale do quilombo de Bombas é floresta, áreas de roça diminutas e uma diversidade de estágios sucessionais da floresta em regeneração. Essa é uma cena clássica de um sistema agrícola em funcionamento numa comunidade quilombola.

Com relação à agrobiodiversidade, foi feito um levantamento, uma série histórica da quantidade de variedades que os quilombolas levavam às feiras de sementes no Vale do Ribeira. Aí estão os dados de 2008 a 2015. Essa feira vai fazer 10 anos. Doze quilombos levaram 180 variedades no primeiro ano da feira, e 2009 foi o ano com o maior índice de diversidade: 199, em 14 territórios. Esses territórios no Vale do Ribeira são bastante pequenos. Então, cada unidade agrícola, de cada família, é, em si, uma unidade extremamente biodiversa.

Aqui vemos algumas imagens do território das roças quilombolas no Vale do Ribeira, bem como da feira de troca de sementes e mudas.

Passo à importância cultural do sistema agrícola. As peças que vemos nessas imagens, um pilão, uma pá e uma moenda de cana, são feitas com materiais retirados da mata, são extremamente importantes para a manutenção do sistema



agrícola e implicam um conhecimento refinado dessas populações sobre as qualidades das madeiras, as qualidades das fibras, a época de colheita desses materiais na mata. Então, essas populações colocam em movimento uma relação de conhecimento profundo sobre o ambiente onde elas moram.

Essas são imagens de um mutirão de colheita de arroz. O arroz foi no Vale do Ribeira um dos ciclos econômicos importantes no período colonial. Nós vemos naquela foto mais de baixo a partilha do alimento colhido no território.

Outra dimensão muito pouco mencionada na questão dos sistemas agrícolas é a dos festejos, das danças associadas a essas práticas agrícolas. No Vale do Ribeira, nós identificamos uma série de danças, de bailes, que eram realizados após os mutirões de trabalho e que, com a relativa diminuição dessas práticas, também tendem a diminuir.

Antes de terminar, eu queria mencionar que está aqui um representante do Quilombo de Ivaporunduva, o Biko. Ele conhece essa imagem melhor do que ninguém. Essa é uma celebração no Quilombo de Ivaporunduva, em que os alimentos são partilhados no chão, na missa afro feita no dia da padroeira da comunidade. Então, existe uma inter-relação entre os produtos da roça e essa dimensão sagrada, que está muito presente nessas comunidades.

Algumas danças identificadas no inventário feito no quilombo do Vale do Ribeira são estas: fandango, cobrinha, dança do chapéu, dai-mão, graciana, mazurca, rancheira e dança de São Gonçalo. Feitas após os mutirões de trabalho, essas danças fazem parte desse sistema agrícola, enfim. Portanto, é todo um modo de vida que está ameaçado, quando essas práticas agrícolas também estão.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Anna.

Eu queria registrar que passaram por aqui os Parlamentares Heitor Schuch, Arnaldo Jordy, Leonardo Monteiro, Padre João, Carlos Gomes.

Eu vou passar a palavra, para uma manifestação bem breve, à Daiara Tukano, indígena, da *Rádio Yandê*.

A SRA. DAIARA TUKANO - Boa tarde.



Meu nome é Daiara Tukano. Eu sou do povo tukano, do Estado do Amazonas, no Alto Rio Negro, fronteira com Colômbia e Venezuela. Participo de uma rádio indígena, a *Rádio Yandê*, e também faço mestrado em Direitos Humanos.

A orientação foi a de fazer alguma pergunta. Eu tenho várias. Primeiramente, eu gostaria de agradecer ao Deputado Nilto Tatto o espaço. É importante, principalmente neste momento, falar, sim, dessa diversidade enorme da vida que temos no nosso País. Também agradeço as intervenções de todos os presentes na Mesa.

Dirigindo-me à fala do Paulo, eu digo que 500 anos é 1% de 50 mil anos. Existem registros de atividade cultural dos povos indígenas de pelo menos 50 mil anos. Em 1% desse período, nós temos enfrentado um genocídio que está diminuindo brutalmente, a cada dia que passa, a população indígena. Nós estamos enfrentando uma situação de violência extremamente grave em todos os territórios, inclusive no território da Justiça, inclusive no território do ambiente legislativo.

Amanhã será entregue o relatório da CPI da FUNAI e do INCRA, na sua segunda versão de CPI, onde está sendo pleiteado inclusive o fim da Fundação Nacional do Índio. Em propostas que tramitam nesta Casa está também sendo pleiteada a possibilidade da flexibilização dos licenciamentos ambientais, do arrendamento em terras indígenas, que são questões que dizem respeito diretamente à maneira como a produção agrícola acontece neste País.

Eu fico me perguntando constantemente, em casa, na universidade, em todos os lugares, por que, quando nós temos essas falas, não pronunciamos os nomes de quem está por trás dessa articulação; por que não falamos, aqui no Congresso Nacional, da Monsanto, essa empresa que está fora dos âmbitos estatais, essa grande multinacional que é responsável por um modelo de produção pela imposição de sementes que promovem o assassinato de tantas outras; por que não falamos na maneira como acontece o extermínio dessas sementes, porque essas sementes são exterminadas juntamente com os povos indígenas.

No Mato Grosso do Sul existem populações inteiras que são intoxicadas com veneno do agronegócio. Esse veneno entra não apenas no corpo das pessoas como também na terra, impossibilitando a continuidade dessa diversidade, que é muito mais profunda.



Agradeço realmente a fala da Patrícia, da Anna Maria, da Juliana e do Paulo, quando trazem à tona a questão da cosmovisão. A diversidade da vida é uma diversidade de relação de existência, cultura e conhecimento.

Em 500 anos, em 1% de nossa história, nós estamos cometendo nada menos do que um suicídio coletivo. Nós precisamos ter clareza de quem está promovendo essa violência e em favor de quem e de quem, porque eu não reconheço nenhuma validade no argumento de que seja para fortalecimento econômico, porque está mostrado nas falas consecutivas que isso traz um empobrecimento enorme: empobrecimento da diversidade biológica, empobrecimento da diversidade cultural, empobrecimento e genocídio das populações que ocupam esses espaços.

Mais uma vez saliento: são populações indígenas. O que dá origem às populações tradicionais são os povos indígenas. Nós continuamos resistindo. Estamos aqui desde a criação desta República, da criação deste País, e aqui continuaremos. Amanhã também estaremos aqui para presenciar mais este momento da história das políticas indigenistas deste País, que vai ser a entrega do relatório da CPI da FUNAI e do INCRA.

Era isso. Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Daiara.

Passo a palavra ao Denildo Rodrigues de Moraes, o Biko, da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas — CONAQ.

O SR. DENILDO RODRIGUES DE MORAES - Boa tarde a todas e a todos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar o Deputado Nilto Tatto, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, por esta iniciativa tão importante. Em tempos sombrios, em tempos de retirada de direitos, nós estamos aqui reafirmando a importância desses povos para a preservação da biodiversidade.

Eu fico muito contente com isso, apesar do cerco policial que está ali fora — parece até uma praça de guerra —, em frente a um palácio que é do povo, mas que se comporta com rédeas curtas para reprimir o povo cada vez que o povo vem manifestar o seu pensamento e lutar pelos seus direitos dentro desta Casa.

Para mim é muito importante este momento, até porque nos coloca num outro paradigma. Dentro desta Casa sempre nos colocaram como o problema, e hoje esta Mesa nos coloca como a solução do problema.



Nós estamos aqui na contramão daquilo que eles, a bancada ruralista, a bancada que quer nos tirar dos nossos territórios, vêm dizendo: que nós somos empecilho para trabalhar o desenvolvimento do País. E nós vemos uma Mesa dizendo da nossa importância com relação à preservação da biodiversidade e da vida em seu contexto geral.

Gostaria de agradecer a todos os expositores, que fizeram uma apresentação muito linda, muito bacana, muito bonita. Também gostaria de reafirmar que, para a preservação dessa biodiversidade, para ela continuar existindo, é importante manter esses povos em cima dos seus territórios. Esses são territórios tradicionais que estão sendo questionados todos os dias no Parlamento e no Judiciário, e a repressão contra os povos que estão dentro dos seus territórios está sendo muito grande.

Nós estamos acompanhando isso na imprensa, e não só na imprensa, porque no dia a dia nós sofremos — tanto nós quilombolas como os povos indígenas — a violência e a truculência com que os nossos territórios vêm sendo invadidos, ocupados e usurpados pelo agronegócio.

É muito importante nós reafirmamos isso e discutimos a criminalização das nossas lideranças, que estão todos os dias sendo criminalizadas por lutar pelo direito a sua propriedade, por lutar pelo direito a terra. É muito importante nós reafirmarmos isso sobre a criminalização das nossas lideranças, que todos os dias estão sendo criminalizadas por lutarem pelo direito à sua propriedade, pelo direito à terra. É importante reafirmarmos que lutar pelo direito à terra e defender os artigos da Constituição de 1988 não é terrorismo, não é baderna; isso é, sim, fazer cumprir o que a Constituição nos diz.

Para nós quilombolas isso ainda é muito mais triste. É triste ver a própria Casa Civil, o próprio Estado brasileiro, que defendia demarcar os territórios quilombolas, nos mandar um parecer dizendo que só vai homologar território quilombola, de agora em diante, caso seja julgada a ADI 3.239, que está no Supremo Tribunal Federal e que trata das terras das comunidades quilombolas.

Essa ADI é fruto de um setor conservador desta Casa, que, ao longo de 500 anos de história deste País, sempre nos tratou — tanto os povos indígenas quanto as comunidades quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais — como



povos insignificantes. Essa ADI foi impetrada pelo Partido Democratas, antigo PFL, e hoje se encontra no Supremo.

Assusta-me muito o Estado de Direito aceitar que o Poder Legislativo possa assumir a competência de somente homologar território quilombola a partir do julgamento no Supremo Tribunal Federal, sendo que, na nossa interpretação, quando a lei não cai, ela está em vigência. Cabe ao Estado brasileiro fazer o cumprimento dessa lei, mas o Estado brasileiro não vem tratando dessa forma.

Também quero parabenizar o Deputado, porque a gente tem acompanhado inúmeras batalhas aqui dentro desta Casa, em que, cada dia mais, o pouco de direito que o povo brasileiro conquistou vem sendo perdido.

A gente gostaria de reafirmar que a luta na defesa dos nossos direitos não é somente para nós que estamos aqui hoje. Lutar pela permanência do direito é lutar para que os nossos filhos e os nossos netos possam gozar com plenitude do direito à terra, do direito à propriedade e do direito a viver dignamente nos territórios manchados por sangue dos nossos antepassados. Não fomos nós que manchamos, mas, sim, esse sistema agrícola que se tem aí, que usurpa nossa terra, que tira os nossos trabalhadores do campo, aumentando o êxodo rural, aumentando a prostituição e aumentando a violência contra esses povos.

Gostaria de parabenizar o Deputado, mais uma vez.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado.

Antes de voltar a palavra aos membros da Mesa, frente a essa conjuntura que estamos vivendo nesses últimos tempos e, ao mesmo tempo, quando vemos, na explanação de todos aqui da Mesa, a beleza da rica sociobiodiversidade brasileira, eu quero ler um manifesto. Não é comum a Presidência da Comissão de Meio Ambiente fazer isso, mas acho que o momento nos leva a isso, em função dessa conjuntura.

Como foi dito aqui, amanhã deve ser votado o relatório de uma Comissão Parlamentar de Inquérito desta Casa que durou 2 anos. Esta foi a CPI mais judicializada de toda a história não só da Câmara, mas do Congresso — Câmara e Senado. Ela é bem representativa do momento político e tem tudo a ver com a temática que estamos trabalhando aqui.



Então, eu vou ler esse manifesto e depois vou devolver a palavra aos demais membros da Mesa:

Manifesto do Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

O Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável vem a público manifestar sua preocupação e indignação diante dos sucessivos atos de violência contra indígenas, quilombolas, trabalhadores, camponeses e atores dos movimentos sociais. É preocupante também a omissão do Governo Temer diante desses episódios que evidenciam a barbárie em curso e criam condições para a instalação de um estado de exceção no País.

São emblemáticos e vergonhosos acontecimentos, como o ataque contra a comunidade indígena Gamela, ocorrido no povoado de Bahias, no Município de Viana, no Maranhão, que resultou em cinco indígenas baleados e outros dois gravemente feridos; o massacre de trabalhadores de Colniza (MT), a violência policial contra os índios em Brasília e a bárbara agressão de um Capitão da PM contra o estudante Mateus Ferreira da Silva, que participava de manifestação pacífica em Goiânia. A violência policial, em vários Estados durante a greve geral do dia 28 de abril e em outras manifestações, evidencia que ações truculentas e arbitrárias contra a população tornam-se rotina no Governo Temer. Não por acaso, pesquisas revelam que 2016 foi o ano mais violento para os povos do campo, desde 2003 — consta do relatório da própria Comissão Pastoral da Terra.

Diante desse cenário, vai tomando corpo uma lamentável tendência de crescente perseguição, criminalização e intimidação de pessoas, entidades e



movimentos que lutam em defesa da reforma agrária e da demarcação das terras indígenas e quilombolas. Diga-se, aliás, que o relatório final da CPI FUNAI/INCRA, patrocinado pelo setor radical da bancada ruralista na Câmara dos Deputados, aponta nessa direção. Não se produziu um relatório, mas um certificado de incentivo à violência e contrário aos direitos humanos.

Nada justifica e não tem o menor sentido o que esses ruralistas radicais pretendem nessa CPI. São ilegais os pedidos de indiciamento de 31 indígenas, 5 indigenistas, 9 antropólogos, 14 religiosos católicos, 3 professores universitários, 3 agricultores assentados e 37 servidores e ex-servidores públicos, além de 16 Procuradores Federais da República e 3 advogados da União. E querem ir mais longe, com o provável pedido de extinção da FUNAI. Ou seja: pela lógica deles, o lombo é que bate no chicote. A prova disso é que o Presidente da FUNAI, escolhido pelo Governo, foi exonerado 'por não concordar com malfeitos' — nas palavras dele.

Tudo isso revela comportamento preconceituoso, autoritário e faccioso de segmentos políticos e empresariais arcaicos que se apropriam da CPI para fazer dela correia de transmissão a justificar suas medidas retrógradas. Em sintonia com o que há de mais ultrapassado no setor agrário brasileiro, a maioria dos membros desta Comissão parece querer isolar o Brasil do mundo contemporâneo e dos avanços obtidos nas áreas de direitos humanos, cuja marca é a Declaração Universal da ONU, em 1948.

E para fazer valer somente seus pontos de vista atrasados e anticivilizatórios, os ruralistas retrógrados engavetaram requerimentos contrários aos seus objetivos,



apresentados por representantes de outros partidos. Foram simplesmente ignorados os pedidos à CPI para investigar empresas e entidades que reúnem os grileiros de terras públicas, grandes devedores da União, desmatadores e mandantes de assassinatos, justamente os que ameaçam os assentados, os quilombolas e os povos indígenas. São práticas abomináveis cometidas por pessoas e empresas ligadas aos ruralistas, que fazem parte desta CPI.

Neste contexto, é relevante lembrar que a agrobiodiversidade e a diversidade cultural sempre andaram juntas, como irmãs siamesas. Nas comunidades locais isoladas, na agricultura familiar tradicional e nas populações indígenas, o cultivo e o manejo de componentes da biodiversidade sempre estiveram associados às práticas culturais, religiosas e ao desenvolvimento de tecnologias próprias de produção.

Assim, as comunidades locais constituem fontes de muita sabedoria e conhecimento, fundamentado na prática, sobre a essência das dimensões da sustentabilidade, sendo estas firmadas como econômica, social, ecológica, política e cultural.

Observa-se que as questões sociais tendem a se mesclar com as questões de cunho ambiental, uma vez que os direitos sociais garantidos na Constituição de 1988 têm sido cada vez mais interpretados como uma matriz ecológica, levando a que as cortes de Justiça no Brasil aprendam e apliquem o conceito de justiça social e ambiental em suas decisões.

Como Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, conclamo todos os seus membros e demais Parlamentares desta Casa



comprometidos com a defesa dos direitos humanos e com a qualidade do meio ambiente a atuarem na busca de um modelo de desenvolvimento com justiça e harmonia social com bases sustentáveis, a levantarem a voz contra o arbítrio e a não permitirem retrocessos em nossa jovem democracia, conquistada a tão duras penas ao longo da história recente do País.

Brasília, 9 de maio de 2017”.

Fiz questão de fazer e publicar esse manifesto na condição de Presidente da Comissão de Meio Ambiente. *(Palmas.)*

Para dar seguimento, volto a palavra à Mesa, porque ainda há duas questões a serem tratadas, além das considerações finais de cada um.

Tem a palavra a Sra. Juliana Ferreira Simões.

A SRA. JULIANA FERREIRA SIMÕES - É sempre muito bom dividir a Mesa com os colegas da EMBRAPA. Este é um momento de aprendizagem, porque eu me considero uma burocrata no serviço público.

No Ministério do Meio Ambiente, tanto a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável quanto a Secretaria de biodiversidade, aqui presente com o Departamento de Patrimônio Genético, são os espaços mais férteis dentro do Ministério para se fazer esse debate e para apoio a todas as questões que foram colocadas aqui. Nós temos lá um grupo de técnicos muito comprometidos e aguerridos, para que, de fato, Deputado, no que depender do nosso Ministério, não tenhamos retrocesso na nossa agenda.

Nós seguimos em frente, sempre sob o comando do nosso Ministro Sarney Filho, que é um defensor das populações tradicionais indígenas e quilombolas. Esse tema sempre está presente na sua fala. Ele sempre repassa à sua equipe essa determinação de que tudo o que fizermos tenha um olhar especial para essas populações e, mais do que isso, que possamos também consultá-las sobre qualquer questão do Ministério do Meio Ambiente.

Só para dar uma fortalecida na fala da Patrícia, eu ressalto a importância dessa agrobiodiversidade frente às mudanças climáticas. Não há como sairmos daqui sem falar das mudanças climáticas. Essa é a realidade. Imaginem como será



se não tivermos um sistema forte de biodiversidade e de agrobiodiversidade para resistir às mudanças climáticas! Vamos passar por momentos muito difíceis.

Então, é mais um fator importante o fortalecimento das políticas que protegem e conservam a biodiversidade, principalmente num cenário de mudanças climáticas em que vamos precisar de espécies mais resilientes a essas mudanças. Ninguém melhor do que esses povos e comunidades tradicionais, que manejam essas espécies, para nos ajudar inclusive a identificar essas espécies, para que tenhamos sistemas mais produtivos e o menor impacto possível nos nossos sistemas produtivos.

Mais uma vez, agradeço ao Deputado Nilto Tatto e coloco o Ministério do Meio Ambiente sempre à disposição, para momentos tão importantes como o deste debate, num momento político tão delicado pelo qual passamos no nosso País.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sra. Juliana.

Passo a palavra ao Sr. Antônio Oliveira.

O SR. ANTÔNIO OLIVEIRA - Mais uma vez, boa tarde.

O colega Bico levantou uma questão que realmente está deixando as comunidades quilombolas um pouco preocupadas. Refiro-me a um ofício da Casa Civil ao Ministério Público do Estado Rio de Janeiro, especificamente ao MPF de Volta Redonda, no qual a Casa Civil recomenda que não seja publicado nenhum decreto até que seja julgada a ADI.

Do ponto de vista do INCRA, nós não recebemos qualquer tipo de recomendação no sentido de suspendermos as nossas atividades técnicas. Dessa forma, nós estamos descentralizando recursos para as superintendências tocarem a política; estamos efetuando pagamentos de propriedades; estamos publicando os Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação — RTIDs.

Para os senhores terem uma ideia, neste ano, salvo engano, nós já publicamos seis relatórios e três portarias. Também estamos encaminhando conjunto-decreto para a Casa Civil. Assim, cessa a atribuição do INCRA. Então, a atribuição do INCRA é cessada quando encaminhamos o conjunto-decreto para a Casa Civil.



Entendo a preocupação. Eu acho que isso é realmente preocupante. Talvez isso seja fruto do momento que estamos passando. Mas entendo também a necessidade das organizações e dos movimentos, na busca dos direitos de vocês. Eu compactuou com esses trabalhos em que vocês atuam e com a forma como vocês defendem o seu direito.

Quero agradecer também a todos os palestrantes. Eu também recebi uma aula sobre agrobiodiversidade, uma área em que o INCRA não atua tanto nas comunidades quilombolas, em que pese a necessidade de fortalecermos essa política nessas comunidades.

Agradeço muito a V.Exa.

O INCRA está à disposição para atendê-los a respeito de qualquer outro ambiente dessa natureza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sr. Antônio.

Passo a palavra agora para a Sra. Patrícia Goulart Bustamante.

A SRA. PATRÍCIA GOULART BUSTAMANTE - Eu vou dividir a minha fala final em três momentos.

Quero saudá-lo, Sr. Deputado Nilto Tatto, por trazer para nós, na Comissão de Meio Ambiente, um tema que trata das populações tradicionais e da agrobiodiversidade.

Muitas vezes, esse tema é extremamente conflituoso dentro dos parques e das reservas de conservação. Muitas vezes, as Áreas de Proteção Ambiental não permitem que povos e comunidades tradicionais continuem com as suas práticas. Eles vivem isso no campo a cada dia.

Quero saudá-lo de forma especial por trazer isso para a Comissão de Meio Ambiente. Este não é um tema só da Comissão de Direitos Humanos. Nós estamos trazendo para a Comissão de Meio Ambiente essa questão dos povos e comunidades tradicionais. É uma coisa muito rara e muito importante o que está acontecendo aqui. Então, eu saúdo o Deputado por essa iniciativa.

A segunda questão é um alerta. Quero deixar registrado aqui que o Censo Agropecuário de 2017 começa em outubro deste ano. Os concursos para



recenseadores estão abertos. O questionário do Censo Agropecuário deste ano está imensamente mais reduzido do que o de 2006.

O nosso Censo é a base das políticas públicas. No entanto, as populações tradicionais não estão no Censo de 2017. A agricultura feita por elas não está lá. O Censo vai começar em 2017, e nós não teremos dados. É muito possível que, ao final de 2017, tenhamos só dois povos tradicionais no Brasil: os índios e os quilombolas. Os outros povos vão acabar se identificando como um desses dois, porque, no Censo, eles não têm condição de colocar o que são.

Então, eu acho que é fundamental fazermos alguma coisa em relação a este Censo — se é que ainda temos condição. Eu participei de algumas reuniões sobre o Censo em que ouvi o seguinte: *“Se você tem dinheiro, ponha a pergunta e pague por ela”*. Se isso é o que está acontecendo, precisamos pagar. Nós precisamos que seja manifestado no nosso Censo Agropecuário que essas populações existem e fazem uma agricultura muito importante para o Brasil, em termos de conservação da agrobiodiversidade. Como disse a Dra. Juliana, são elas que irão nos ajudar no momento dramático das mudanças climáticas pelo qual vamos passar, como todos sabemos.

Por fim, na presença da Dra. Terezinha, que está aqui neste momento, eu gostaria de saudar e homenagear o trabalho do pessoal da EMBRAPA, um trabalho de resistência feito com povos e comunidades tradicionais. Inclusive, neste mês, está sendo lançado um livro sobre o tema, mas já há um livro sobre povos e comunidades tradicionais. Neste estão os conceitos e o marco legal. O que vai sair neste mês traz as experiências da EMBRAPA sobre povos e comunidades tradicionais.

Terezinha, você precisava estar aqui, por todo o seu histórico. Agradeço a sua presença. Eu a homenageio pela equipe muito bacana da EMBRAPA, que não é grande, mas é guerreira e toca para a frente essa pauta das comunidades tradicionais na nossa instituição.

João e Terezinha, muito obrigada pela presença de vocês aqui.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sra. Patrícia.



Concedo a palavra ao Sr. Paulo Rogério Gonçalves, representante da Articulação Nacional da Agroecologia — ANA.

O SR. PAULO ROGÉRIO GONÇALVES - Seguramente, nós vivemos tempos temerosos. É importante lembrar o “Fora, Temer!”

Esse processo de diálogo é interessante e temos que aprimorá-lo. Acho que, na próxima vez, os quilombolas e os indígenas deveriam estar sentados à Mesa, não ali na plateia. Eles são sujeitos da agrobiodiversidade. Na próxima vez, é melhor nós estarmos lá, ouvindo-os, porque acho que temos muito a ouvir deles.

Acho que agora vamos viver momentos muito violentos. Nada aponta que essa violência no campo vai diminuir. O caderno de conflitos da Comissão Pastoral da Terra — CPT aponta que a violência no campo vai aumentar. Essa pressão do agronegócio vai aumentar.

É importante que os Deputados estejam atentos. V.Exas. precisam pensar em formas de conseguir garantir a vida, a integridade física e os direitos dessas pessoas que estão no campo. É fundamental que se debrucem sobre este tema as pessoas do Legislativo e do Judiciário, que são pessoas conscientes dessa nossa realidade. Precisamos pensar que estratégias teremos para enfrentar uma violência que, cada vez mais, está se avolumando no nosso País. A violência não está diminuindo. Portanto, é importante estarmos atentos, principalmente aos recursos. V.Exas. votam os recursos. São importantes os recursos.

Eu faço parte da Mesa Quilombola do Tocantins. Lá o orçamento elaborado para este ano era de 270 mil, só para concluir o que está aberto — para começar, mais nada. Temos 70 mil. Vai-se fazer o quê? Não vai fazer nada. Com esses orçamentos aprovados que temos, não vamos regularizar território de quilombola, não vamos resolver a homologação de territórios indígenas. Precisamos de outro orçamento, que, de fato, seja destinado às populações. Digo isso até em relação à própria EMBRAPA. Na última vez em que vi, o orçamento da EMBRAPA para trabalhar com agricultura familiar era menos de 2,5% do orçamento — imaginem! Um trabalho sensacional é feito com esses 2,5%, mas isso é muito pouco. Precisamos conseguir orçamentos dignos, para conseguirmos tratar de forma coerente os povos e comunidades tradicionais do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sr. Paulo.



Concedo a palavra à Sra. Anna Maria de Castro Andrade.

A SRA. ANNA MARIA DE CASTRO ANDRADE - Eu fico impressionada, porque, 500 anos depois da invasão opressora dos europeus no continente, vivemos agora, assim como foi nesses últimos 5 séculos, uma violência desmedida contra os povos que estavam aqui. Parece que nada aconteceu, que o tempo não passou, que os erros não foram avaliados. Estamos vendo a história se repetir. Isso é inacreditável! Eu realmente fico perplexa ao verificar esse tipo de coisa.

Existe uma forma de domínio da ciência positivista que torna inviável qualquer outra forma de explicação sobre os fenômenos do mundo. Nada disso é levado em consideração. Ninguém precisa acreditar nas verdades alheias, mas não é possível viver em um mundo em que você tem que impor a sua verdade.

Eu faço do meu trabalho e da minha trajetória um pouco dessa luta, para tentar garantir que outras formas de vida e que outras verdades sejam possíveis, para que não tenhamos uma verdade única, uníssona, no mundo em que vivemos.

Esse movimento e essas populações podem sempre contar comigo, com a minha luta, com a minha militância, para revertermos esse quadro e tentarmos mostrar a quem ainda não entendeu que a convivência é possível — tem que ser possível.

Obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sra. Anna Maria.

Eu gostaria de agradecer carinhosamente a cada uma e a cada um dos convidados. Foi muito rica esta audiência pública. Foi uma demonstração daquilo que já falei, daquilo que talvez possamos considerar a coisa mais bela no Brasil: a sua diversidade étnica e cultural e o que ela nos proporciona do ponto de vista de manutenção da própria biodiversidade.

É uma pena que esse tema não mobilize muitos Parlamentares nesta Casa, até porque esta Casa ainda é um pouco a representação do que vemos na sociedade. No entanto, lá fora, na sociedade, podemos ver que temos ganhado cada vez mais apoio e simpatia para cuidar dessa rica sociobiodiversidade.

Neste final de semana, eu tive a oportunidade de ir à 2ª Feira Nacional da Reforma Agrária, em São Paulo. Vi números extraordinários: 280 toneladas de produtos foram levados de todos os Estados do Brasil para lá — produtos orgânicos,



sem veneno, só de assentamentos de reforma agrária. Os senhores não têm ideia da diversidade de produtos que havia nos estandes. Passaram por lá 170 mil pessoas.

No entanto, os senhores não vão ver isso na televisão, mas vão ver a Agrishow, de Ribeirão Preto, de Ourinhos, ou de qualquer canto, para onde as pessoas vão a cada ano, a fim de ver uma máquina maior do que a do ano anterior, um trator, uma colheitadeira, e assim por diante.

Então, eu fico feliz com esta audiência. Obrigado por terem vindo aqui.

Também é importante dizer, Sr. Paulo, que aqui também precisamos ter carinho, e não só de que falem: *“Vocês não aprovaram isso. Vocês cortaram o orçamento”*. Aqui dentro, cada Parlamentar tem um número “x” de votos. Cada Parlamentar é uma instituição e representa opinião e interesse aqui dentro.

Daquela riqueza que estava presente aqui na Mesa hoje, podemos contar nos dedos aqueles que defendem esses interesses. É importante cada um saber isso. Quando forem falar “vocês”, têm que dar nomes aos bois, porque geralmente são os dos bois que barram, que têm maioria dentro desta Casa e que não deixam essas propostas avançarem. Falo isso para não cairmos no discurso comum, que vai desvalorizando a política. Hoje está em alta a apolítica, mas, sem a política, há a barbárie. Nós estamos entrando em um processo de barbárie, haja vista a quantidade de criminalização, de assassinato.

Inclusive, aqui dentro desta Casa, as propostas políticas, como o próprio relatório da CPI que vai ser votado amanhã, criam espaço para esse caminho. Era para isso que eu queria chamar a atenção.

Antes de encerrar, eu queria fazer um convite aos senhores para outra audiência pública, amanhã, às 9 horas, em que vamos debater sobre projeto de licenciamento ambiental, que pode ir para votação em outra Comissão, aqui ao lado.

O que é tratado ali tem tudo a ver com a temática que nós trabalhamos aqui, porque simplesmente acaba com aquilo que é conquista da sociedade brasileira, do ponto de vista de garantir os recursos da sociobiodiversidade, não só para a nossa geração, mas para as gerações futuras. Ali simplesmente se acaba com tudo, quando, de qualquer forma, liberam-se os empreendimentos na agropecuária ou os



grandes empreendimentos para cima de unidades de conservação, de territórios quilombolas, de terras indígenas, e assim por diante.

O relatório que está para ser votado amanhã é um crime contra o meio ambiente, contra a sociedade brasileira, contra tudo aquilo que se construiu de bom até agora. É um grande retrocesso o que está lá. Por isso, faremos uma audiência pública nesta Comissão, amanhã, a partir das 9 horas.

A partir de amanhã, as apresentações desta audiência pública estarão à disposição dos interessados na página da Comissão de Meio Ambiente, na Internet, no *link Audiências Públicas*.

Agradeço a presença dos convidados, Parlamentares e demais presentes, assim como a participação dos internautas.

Declaro encerrada a presente reunião.

Boa tarde, senhoras e senhores.